



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O contrato de Kixikila: Sua natureza jurídica e efeitos

Tânia Hunguissa Sonde Canguia

Faculdade de Direito/ Escola do Porto

2017



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O contrato de Kixikila: Sua natureza jurídica e efeitos

Tânia Hunguissa Sonde Canguia

Faculdade de Direito/ Escola do Porto

2017

*Aos meus amados pais,
Justino Gabriel Guedes Canguia e Maria da Glória Kahuti,
razão da minha existência e determinação em tudo que sou e faço,
a minha eterna gratidão pelo que tornaram.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus Pai Todo Poderoso por tudo e por mais uma vez ter feito com que fosse possível a conclusão desta etapa da minha vida.

À minha família pela força e incentivo constante, sou a destacar os meus amados irmãos Isalino, Mariana, Horvanda e o Telmo por todo amor e respeito que nutrem por mim, igualmente à Agnela, minha irmã de outra mãe, pela força e apoio constante, quero com este feito inspirar-vos na conquista daquilo que almejam.

Ao meu saudoso orientador, Professor Doutor António Agostinho Guedes, pela paciência e ajuda incessante e afincada durante todos os estágios do trabalho.

Ao meu caríssimo amigo e eterno Professor, Dr. José Luís Domingos, pela total disponibilidade nas discussões reflexivas em torno do tema e apoio.

À todos os meus amigos e aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que a conclusão deste trabalho fosse uma realidade, o meu muito obrigado.

RESUMO

No presente trabalho visamos estudar e analisar o contrato de kixikila. Todavia, devido a amplitude do mesmo e limites de redação a que estamos adstritos, optamos por nos dedicar a qualificação do contrato em causa.

Numa primeira fase descrevemos detalhadamente a prática social da kixikila na sociedade angolana, mais precisamente na cidade de Luanda. De seguida apresentamos uma breve abordagem jurídica da mesma figura, designadamente a sua e deveres das partes contratuais do contrato de kixikila.

A abordagem jurídica referida acima visou basilar a sequente qualificação do contrato. Porém, antes de qualificarmos a kixikila, apresentamos uma breve explanação sobre a qualificação dos contratos em geral, os critérios atendidos para o efeito, i.é, *os essentialia* e o tipológico. Dentre os dois critérios adoptamos pelo último por entendermos ser o mais adequado para o contrato em causa e com base no seu processo tipológico foi possível determinar a natureza jurídica da kixikila como sendo híbrida, por um lado, resultando da junção dos contratos de mútuo e depósito irregular quando tenha como objeto coisa fungível (dinheiro), por outro lado, concluímos ter a natureza de uma prestação de serviços quando o objeto seja coisa infungível (força de trabalho).

Palavras chaves: contrato, kixikila, qualificação, natureza jurídica.

ABSTRACT

In this research, our purpose is to study and analyse the kixikila contract. However, due to its extent, and the drafting limits to which we need to observe, we chose to dedicate this work only to the qualification of the aforementioned contract.

In the first stage, we describe, in a very detailed way, the social practice of kixikila in the angolan's society, more precisely the city of Luanda. Afterwards, we present a brief legal approach to this same figure, namely its concept, constituent elements, its classification, and illustration of the main rights and duties of contractual parties in the kixikila contract.

The preceding legal approach aimed at solidifying the subsequent qualification of the contract. However, before characterising kixikila, we present a brief explanation of qualification of the contracts in general, the criteria needed for its effect: the essentialia and the typological. Between these two criteria, we adopted the latter, as we consider it to be more suitable for the contract at our hands. Based on this criteria, it was possible for us to determine that kixikila's legal nature is a hybrid: in a way, it is a result of the sum between the loan contract and the irregular deposit, when its object is a fungible thing (money); in the other way, it could also be considered to have the legal nature of provision of services, when the object is a non-fungible thing (labor).

Key words: contract, Kixikila, qualification, legal nature.

ÍNDICE

Nota prévia.....	pág. 1
CAPÍTULO I	
1. Origem da prática da kixikila.....	pág. 2
2. Descrição caracterizadora da kixikila	pág. 3
CAPÍTULO II	
1. Contrato de kixikila	pág. 6
1.1. Etimologia	pág. 6
1.2. Noção	pág. 6
1.3. Elementos constitutivos	pág. 6
1.3.1. Grupo de pessoas	pág. 7
1.3.2. Contribuição	pág. 8
1.3.3. Rotatividade	pág. 9
1.3.4. Prazos	pág. 10
1.4. Classificação do contrato de kixikila	pág. 11
1.4.1. Contrato atípico e inominado	pág. 11
1.4.2. Contrato plurilateral	pág. 11
1.4.3. Contrato não solene	pág. 12
1.4.4. Contrato oneroso	pág. 12
1.4.5. Contrato sinalagmático	pág. 13
1.4.6. Contrato de execução continuada	pág. 14
1.4.7. Contrato <i>intuitu personae</i>	pág. 14
1.4.8. Contrato <i>inter vivos</i>	pág. 14
1.4.9. Contrato real <i>quoad constitutinem</i>	pág. 15
1.4.10. Contrato obrigacional	pág. 15
1.5. Principais direitos e obrigações das partes no contrato de kixikila	pág. 16
1.5.1. Direitos das partes em geral	pág. 16
1.5.1.1. Direitos da “mãe da kixikila”	pág. 16
1.5.2. Obrigações das partes em geral	pág. 16
1.5.2.1. Obrigações da “mãe da kixikila”	pág. 17
CAPÍTULO III	
1. A Qualificação dos contratos	pág. 19
2. Critérios de qualificação	pág. 19
2.1. Doutrina dos <i>essentialia</i>	pág. 19
2.2.1. Críticas à Doutrina dos <i>essentialia</i>	pág. 22
2.2. Processo Tipológico	pág. 25
2.2.1. Relacionamento entre o tipo e o conceito	pág. 26
2.2.2. Método tipológico	pág. 29
3. Qualificação do contrato de kixikila	pág. 33
3.1. Figuras afins do contrato de kixikila	pág. 34
a). Contrato de sociedade	pág. 34
b). Comissão especial	pág. 37

c).	Contrato de prestação de serviços	pág. 39
d).	Contrato de comodato	pág. 40
e).	Contrato de mútuo	pág. 42
f).	Contrato de depósito irregular	pág. 44
4.	Natureza jurídica do contrato de kixikila	pág. 47
5.	Regime jurídico do contrato de kixikila	pág. 49
Bibliografia		pág. 50

GLOSSÁRIO

Ac.	Acórdão
ACRA	Accumulating savings and crédit association
Art.	Artigo
Arts.	Artigos
CC	Código Civil
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DL	Decreto Lei
Ob. Cit.	Obra citada
Pág.	Página
Págs.	Páginas
ROA	Revista da Ordem dos Advogados
SS	Seguintes
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
Vol.	Volume